

Varginha, 02 de fevereiro de 2026.

Ofício nº 11/2026

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Secretaria Geral

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com cordiais saudações, submetemos à elevada apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, para os fins de direito e pretendida aprovação, observadas as normas legais e regimentais que disciplinam o processo legislativo, o Projeto de Lei que **"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS, BEM COMO DO TÍQUETE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, COMISSIONADOS, AGENTES POLÍTICOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

A proposição atende ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição da República, bem como ao art. 101 da Lei Orgânica do Município, que estabelece o mês de janeiro como data-base para a concessão da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

No que se refere aos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, ativos e inativos, excetuados os agentes políticos, o Projeto de Lei autoriza a aplicação do percentual de **7% (sete por cento)** sobre os atuais níveis de vencimentos e subsídios, percentual este que **supera o índice inflacionário** apurado pelo IPCA acumulado nos 12 (doze) meses anteriores a 1º de janeiro de 2026, o qual foi de **4,26%**, refletindo não apenas a recomposição inflacionária, mas também um ganho real concedido pela Administração Municipal.

Em relação aos **agentes políticos**, o reajuste proposto corresponde exclusivamente à recomposição inflacionária, mediante a aplicação do percentual de **4,26%**, em estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade e responsabilidade fiscal.

EXMO SR.

ALEXANDRE JOSÉ PRADO CAMPOS E SILVA

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

N E S T A

Of dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e tíquete alimentação



O Projeto de Lei contempla, ainda, a aplicação do reajuste aos profissionais do Magistério Público da Educação Básica, estabelecendo percentual **superior** ao reajuste de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) fixado pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 1.334, de 2026, assegurando-se, assim, a observância do piso nacional da categoria, nos termos da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, **vedada, em qualquer hipótese, a cumulatividade entre o reajuste municipal e o reajuste federal.**


Ademais, a proposição promove o **reajuste do valor do tíquete alimentação**, com a atualização dos valores atualmente praticados, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a valorização dos servidores e a preservação de suas condições de subsistência.

Ressalta-se que o Projeto de Lei está acompanhado do **Relatório de Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro**, em conformidade com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrando a viabilidade da medida dentro dos limites legais de comprometimento da despesa com pessoal.

Assim, contamos com a atenção e apoio dos nobres Edis na aprovação do presente Projeto, para o qual pedimos que sua tramitação se dê em **REGIME DE URGÊNCIA**, o qual está previsto no art. 57, *caput*, da Lei Orgânica do Município.

Com protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemos à essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,



Leonardo Vinhas Ciacchi
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N°...

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS, BEM COMO DO TÍQUETE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, COMISSIONADOS, AGENTES POLÍTICOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal,

A P R O V A :

Art. 1º Por força desta Lei, os vencimentos e/ou subsídios de todos os Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, ativos ou inativos, sejam Efetivos, Contratados, Comissionados, Aposentados ou Pensionistas do Município de Varginha/MG, salvo os Agentes Políticos, ficam reajustados em **7% (sete por cento)**, incidentes sobre os atuais níveis de vencimentos e/ou valores de subsídios, e aplicados sobre a data base de 31/12/2025.

§ 1º O percentual de que trata o *caput* deste artigo supera ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos 12 (doze) meses anteriores a 1º de janeiro de 2026, que foi de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento).

§ 2º Deverá ser observado, quanto ao reajuste dos proventos das aposentadorias e pensões concedidas pela regra permanente, a proporcionalidade estabelecida no **Anexo I** desta Lei, quando o início do benefício tenha ocorrido no curso do exercício de 2025.

Proj dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e tíquete alimentação

§ 3º O percentual de reajuste dos vencimentos de que trata o caput deste artigo aplica-se igualmente aos profissionais do Magistério Público da Educação Básica, sendo superior ao reajuste de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) fixado pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 1.334, de 2026, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a cumulatividade entre o reajuste municipal e o reajuste federal.

Art. 2º Os vencimentos e/ou subsídios dos **Agentes Políticos**, por sua vez, ficam reajustados em **4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento)**, incidentes sobre os atuais níveis de vencimentos e/ou valores de subsídios, e aplicados sobre a data base de 31/12/2025.

Parágrafo Único. O percentual de que trata o caput deste artigo corresponde ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos 12 (doze) meses anteriores a 1º de janeiro de 2026.

Art. 3º Fica igualmente reajustado o valor do tíquete alimentação do funcionalismo público municipal beneficiário, de forma que:

I - O servidor que, atualmente, recebe o tíquete alimentação no valor mensal de R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais), passará a recebê-lo no valor de **R\$ 1.060,00 (hum mil e sessenta reais)**;

II - O servidor que, atualmente, recebe o tíquete alimentação no valor mensal de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), passará a recebê-lo no valor de **R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais)**; e

III - O servidor que, atualmente, recebe o tíquete alimentação no valor mensal de R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais), passará a recebê-lo no valor de **R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais)**.

Art. 4º Consta como **Anexo II** da presente Lei o Relatório de Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA


066


3

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

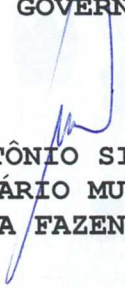
Prefeitura do Município de Varginha, 02 de fevereiro de 2026.


LEONARDO VINHAS CIACCI
PREFEITO MUNICIPAL


ROBERTO CÉSAR DE LIMA RIBEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO


CARLOS HONÓRIO OTTONI JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE GOVERNO


EVANDRO MARCELO DOS SANTOS
PROCURADOR GERAL
DO MUNICÍPIO


ANTÔNIO SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DA FAZENDA

ANEXO I

**Tabela de reajuste dos proventos das aposentadorias e pensões
concedidas pela regra permanente**

Benefícios concedidos em 2025	Reajuste (%)
Janeiro	7,00
Fevereiro	6,61
Março	5,04
Abril	4,23
Maio	3,57
Junho	3,08
Julho	2,61
Agosto	2,11
Setembro	2,00
Outubro	1,29
Novembro	0,97
Dezembro	0,56



ANEXO II

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Inciso I, artigo 16 e § 1º, artigo 17, da Lei Complementar nº 101/200)

PROJETO DE LEI Nº...

DESPESA DO TIPO CONTINUADA

OBJETO: Concessão da Revisão Geral Anual e reajuste do auxílio-alimentação ao Funcionalismo Público Municipal de Varginha no exercício 2026.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2026: R\$ 14.584.866,64 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2027: R\$ 15.168.261,30 (quinze milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta centavos)

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2028: R\$ 15.744.655,23 (quinze milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos)

METAS DE RESULTADOS FISCAIS: As despesas majoradas não afetarão as metas de resultados fiscais, uma vez que correrão à conta de dotações próprias do orçamento corrente.


METODOLOGIA DE CÁLCULO:

Considerou-se para elaboração do relatório o gasto com pessoal do RGF (3º quadrimestre/2025), aplicando-se reajuste de 7,00%. Conforme jurisprudência do STF, apenas o ganho real (2,74%) foi computado como expansão de despesa, excluindo-se a recomposição inflacionária (4,26%). O impacto do auxílio-alimentação seguiu os pagamentos de 2025 (Naturezas 3.3.90.39 e 3.3.90.46), não sendo computado no índice de pessoal devido à sua natureza indenizatória.

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DO RECURSO PARA CUSTEIO DA DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO - FONTE DE RECURSO.

RECEITA: Recursos provenientes da arrecadação dos tributos e demais receitas previstas no orçamento do exercício financeiro de 2026.

Prefeitura do Município de Varginha, 02
de fevereiro de 2026.


Leonardo Vinhas Ciacchi
Prefeito Municipal